

# O INESPERADO 1977: QUARENTA ANOS DA CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

Marisas Bittar<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo expõe os fatos mais imediatos que culminaram na lei de 11 de outubro de 1977 que dividiu Mato Grosso e criou Mato Grosso do Sul sem consulta à população. Baseado em fontes primárias que levantei em pesquisas anteriores sobre o regionalismo, o divisionismo, a criação de Mato Grosso do Sul e atuação de suas elites políticas, o artigo focaliza a decisão do general Ernesto Geisel, então presidente da República, a posição dos dois últimos governadores de Mato Grosso (uno), a postura dos seus parlamentares e políticos em geral. Mostrando que não houve mobilização pela divisão, o artigo revela as articulações “subterrâneas” que respaldaram a decisão de cima para baixo e conclui que a criação de Mato Grosso do Sul só foi possível porque o regionalismo secular que caracterizou a sua formação encontrou contexto favorável ao coincidir com os interesses geopolíticos do regime militar. Por isso, o seu título: o inesperado 1977.

**Palavras-Chave:** Ditadura Militar; Ernesto Geisel; Divisão de Mato Grosso

**ABSTRACT:** This article exposes the immediate facts that culminated in the law of October 11, (1977) that divided Mato Grosso and created Mato Grosso do Sul without consulting its population. Based on primary sources that were raised in previous researches, the paper focuses on the decision of General Ernesto Geisel, then president of Brazil, the position of the last two governors of Mato Grosso (uno), the National Congress and politicians in general. Showing that there was no mobilization at all, the article reveals the “underground” articulations that backed the top-down decision and concludes that the creation of Mato Grosso do Sul was possible because the secular regionalism that characterized its formation was connected with the geopolitical interests of the military regime. That’s why I named it “the unexpected 1977”.

**Key-words:** Military dictatorship; Ernesto Geisel; Division of Mato Grosso

## INTRODUÇÃO

Mato Grosso do Sul completou quarenta anos em 2017 e com este artigo pretendo contribuir para a compreensão do contexto político mais imediato do ato que resultou na sua criação, em 11 de outubro de 1977<sup>2</sup>. Em plena ditadura militar, o ato do general Ernesto Geisel foi o desfecho de uma longa trajetória divisionista que durante quase um século de existência revelou-se insuficiente para criar Mato Grosso do Sul. Como demonstrei em meu livro **Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**, a formação

1 Professora Titular de História, Filosofia e Política da Educação - Universidade Federal de São Carlos. Bolsista Produtividade em Pesquisa – CNPQ. E-mail: bittar@ufscar.br

2 Minha inspiração para este texto nasceu de um debate no qual participei com o Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiróz (UFGD) por ocasião dos 40 Anos de MS (Campo Grande/IHG-MS, 2017)

histórica dessa região teve como elemento definidor o regionalismo, aspecto decorrente da própria configuração geográfica do antigo estado. No entanto, esse regionalismo, que na prática pré-configurava a existência de dois estados na mesma unidade federativa nem sempre teve característica divisionista. Ele resultava de uma situação de isolamento geográfico e dificuldade de comunicação entre as duas regiões que, devido à configuração alongada do antigo estado, começaram a ser polarizadas na designação de “norte” e “sul”.

O divisionismo foi uma semente gerada no final do século XIX no contexto das lutas armadas entre coronéis das duas regiões terminando sempre com mortes de “gente do coronel fulano”, incêndio de fazendas e extermínio do gado, ciclo que se estendeu até aproximadamente a primeira década do século XX. Foi aí que surgiu pela primeira vez a ideia de separação. Na década de 1920, no contexto do tenentismo, o regionalismo sulista começou a ganhar cores de divisionismo. Militares tenentistas em combate à República oligárquica começaram a incursionar na região sul e nessa tropa surgiram os primeiros estudos geopolíticos propondo redivisão territorial do País. Em 1932, os divisionistas se articularam aos paulistas contra Vargas e fracassaram, mas a data ficou no imaginário. Em dezembro do mesmo ano foi criada a Liga Sul-Mato-Grossense e pela primeira vez o desmembramento do estado foi explicitado em documento escrito. No extrato publicado no Diário Oficial da União, em abril de 1934, lê-se que a entidade tinha por objetivo “*pleitear a divisão do Estado de Mato Grosso em dois Estados Federados*”<sup>3</sup>.

No entanto, durante a era Vargas (1930-1945), o regionalismo não foi tolerado e, após a derrota de 1932 e desaprovação da petição divisionista pela Assembleia Constituinte de 1934 a Liga se desmobilizou. Contudo, outro resultado de 1932 foi a afirmação de Campo Grande como centro de uma nova elite política que passou a rivalizar diretamente com “os políticos de Cuiabá”, embora também houvessem alianças visando o poder. O certo é que, desde então, Campo Grande começou a alimentar o sonho de ser capital, mesmo que não houvesse divisão do estado.

Se essa rivalidade opôs sul ao norte em 1932 como também na posição que as elites políticas das duas regiões tomaram frente ao governo Vargas, é sintomático que o golpe militar de 1964 tenha obtido apoio de ambas. Isso porque o regime militar, baseado na tese da segurança nacional, impulsionou a integração regional, o que praticamente extinguiu a demanda divisionista, já que, além da concordância com a ditadura, as elites políticas mato-grossenses (norte e sul) tinham exatamente essa expectativa. No entanto, como a história não tem uma direção traçada obedecendo a um objetivo final, foi exatamente essa ditadura que criou Mato Grosso do Sul. Tratei dessa tortuosa trajetória em uma longa pesquisa cujas conclusões gerais foram as seguintes: 1. O regionalismo por si só não foi suficiente para promover a divisão de Mato Grosso; 2. O divisionismo foi uma causa típica da classe latifundiária situada no sul do antigo Mato Grosso que, no entanto, nunca chegou a ser consenso entre ela; 3. A ditadura (1964-1985) foi eficiente ao conjugar a geopolítica militar à secular demanda divisionista.

3 BRASIL. Diário Oficial da União. Extrato dos estatutos da Liga Sul Mato-grossense. In: MARTINS, Oclécio Barbosa. *Pela defesa nacional*, p. 90.

Sendo assim, para que a divisão acontecesse, preponderou o interesse nacional sobre o regional e Mato Grosso do Sul acabou sendo criado quando menos esperavam os divisionistas, por um ato de cima para baixo, sem consulta à população. Desse modo, o meu objetivo neste artigo é abordar os fatos acontecidos nos quatro anos anteriores à divisão de Mato Grosso a fim de contribuir para o esclarecimento dos momentos mais imediatos que antecederam a criação de Mato Grosso do Sul. Focalizarei o papel desempenhado pelo regime militar (Governo Federal e Escola Superior de Guerra), pelo Congresso Nacional e pelo governo de Mato Grosso durante o período de 1974 a 1977, anos decisivos e finais da longa trajetória divisionista.

## O II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (1975)

Tão logo assumiu a presidência da República, em 15 de março de 1974, o general Ernesto Geisel deu mostras de que estava disposto a intervir na configuração geográfica de algumas regiões do País. Quanto a isso, a sua primeira medida foi a fusão da Guanabara ao Rio de Janeiro (1 de julho de 1974), ato que se enquadrava na geopolítica da Escola Superior de Guerra e constava do *II Plano Nacional de desenvolvimento (PND 1975-1979)*, que pretendia um ajuste estrutural na economia brasileira. Além do Estado do Rio de Janeiro, o **II PND** indicou que a prioridade “*em matéria de divisão territorial é considerar um ou dois pontos importantes da ocupação do subcontinente Amazônia-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso*”<sup>4</sup>. Foi assim que pela primeira vez o separatismo do sul de Mato Grosso encontrou respaldo no governo federal, cuja determinação, neste caso, foi superior à causa regional. No início do governo Geisel a Escola Superior de Guerra havia sido orientada a rever os estudos sobre redivisão territorial eliminando o caráter artificial das primeiras proposições. Por isso, a intenção do **II PND** era a de não cuidar de redivisão em larga escala, principalmente na área economicamente ocupada, o que explica a menção exclusiva ao caso de Mato Grosso.

O divisionismo encontrou na ideologia desenvolvimentista e na obsessão da ditadura por ocupação de áreas “*desintegradas*” o respaldo que nunca tivera em sua trajetória secular. Comparativamente ao período anterior à ditadura militar (1945-1964), a divisão, para ser efetivada, precisaria passar por todos os trâmites constitucionais, começando pela Assembleia Legislativa. Naquele contexto de restabelecimento da ordem democrática, Jânio Quadros, um sul-mato-grossense, durante sua campanha presidencial (1960) havia categoricamente rejeitado a divisão de Mato Grosso. Ernesto Geisel, ao contrário, como presidente imposto por um regime ditatorial não teve de lidar com esse tipo de questão. Por isso, a sua decisão, embora política, aparentou ter sido pessoal, como expressou Paulo Coelho Machado, o divisionista mais atuante desse período: “*Decorrente de uma sua decisão pessoal foi criado o Estado de Mato Grosso do Sul*”<sup>5</sup>. Na verdade, a decisão não era “*pessoal*”, pois fazia parte de uma estratégia de desenvolvimento. Na condição de presidente, Geisel

4 BRASIL, *II Plano Nacional de Desenvolvimento*, p. 46.

5 MACHADO, Paulo Coelho. Revista *Executivo Plus*, p. 05. (Entrevista).

aliou os objetivos de interiorização do País e integração nacional aos anseios divisionistas existentes secularmente na parte meridional de Mato Grosso, encarregando os ministros do Interior, do Planejamento e da Justiça de providenciarem o aparato legal necessário que veio a constar da Exposição de Motivos assinada por estes e encaminhada ao presidente em agosto de 1977:

*“Desde o início de seu Governo, Vossa Excelência determinou a realização de estudos, visando a alcançar objetivos pré-estabelecidos no que se refere à redivisão territorial do País. Três foram as diretrizes fundamentais: a primeira, a elaboração de legislação básica, dispondo sobre a criação de Estados e Territórios, medida consubstanciada na Lei Complementar número 20, de 1º de julho de 1974; a segunda, corporificada no Capítulo II da referida Lei, estabeleceu a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara, medida concretizada e em plena consolidação; a terceira, foi a recomendação de Vossa Excelência no sentido de que se procedessem aos necessários estudos, objetivando a divisão do Estado de Mato Grosso.”*<sup>6</sup>

Os estudos a que se referem os ministros Rangel Reis, Armando Falcão e João Paulo dos Reis Velloso haviam começado, portanto, no início do governo Geisel, provavelmente logo após sua posse ocorrida em março de 1974, pois segundo a Exposição de Motivos, o governo já dispunha da Lei sobre criação de territórios e estados (julho de 1974), da fusão da Guanabara ao Rio de Janeiro (na mesma Lei) e, finalmente, dos estudos para a divisão de Mato Grosso. Tais estudos haviam transcorrido em relativo sigilo até a véspera da sua votação pelo Congresso Nacional, que ocorreu no dia 14 de setembro de 1977. O Poder Executivo estava tão seguro da sua aprovação que não o incomodou o fato de que exatamente na década de 1970 não se falava em divisão no sul de Mato Grosso, exceto o jornal **Correio do Estado**, que apoiou o divisionismo desde a sua fundação (7 de fevereiro de 1954). Quanto à Liga Sul-Mato-Grossense, estava desativada. De acordo com o seu presidente, Paulo Coelho Machado, *“depois dos primeiros tempos da luta pela divisão, o problema voltou com força quando o general Geisel assumiu a Presidência da República”*<sup>7</sup>. Assim, estrategicamente, ao tomar ciência do objetivo anunciado no **II Plano Nacional de Desenvolvimento**, remanescentes dela tentaram se rearticular para oferecer suporte e apressar a decisão de Geisel. Sobre isso declarou seu estrategista: *“(...) Aí tivemos a certeza que ele [Geisel] queria dividir o Estado; ele [Geisel] já havia decidido, então mandou o ministro do Interior, Rangel Reis, em absoluto sigilo, iniciar o processo de divisão”*<sup>8</sup>.

A inexistência de mobilização não era problema para os objetivos de Geisel, pois quanto mais sigilosos fossem os preparativos, mais adequados estariam à lógica da ditadura. A atribuição do assunto à Escola Superior de Guerra demonstra a visão geopolítica que presidiu a divisão. Em 1975, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) - Delegação de Mato Grosso, promoveu, simultaneamente em Campo Grande e em Cuiabá o 1º Ciclo de Estudos sobre Segurança e Desenvolvimento. Um dos temas propostos para discussão foi a Divisão Político-Administrativa de Mato Grosso. O

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério do Planejamento. **Exposição de Motivos**. Brasília, 24 ago. 1977, p. 01.

<sup>7</sup> MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão. **Executivo Plus**, p. 05. (Entrevista).

<sup>8</sup> MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão. **Executivo Plus**, p. 05-06. (Entrevista).

grupo de Campo Grande, coordenado pelo coronel aviador Octávio Luiz Tude de Souza, era composto por: Hirose Adania (médico), João Carlos Marinho Lutz (administrador), Francisco Giordano Neto (advogado), Bráulio Secco Thomé (industrial), Assima Abdo (pedagoga); Terezinha Silvana Arruda Castro (advogada), Antônio de Pádua Vasconcelos (engenheiro agrônomo), Rogério Fernandes Neto (médico), Eduardo Contar Filho (advogado), Cândido de Castro Rondon (engenheiro), Luiz Carlos Iglesias (economista, relator) e Afonso Simões Corrêa (engenheiro agrônomo, dirigente).<sup>9</sup> Cotejando essa lista com manifestos, listas e panfletos divisionistas do passado, fica evidente a permanência de alguns sobrenomes bem como uma renovação que certamente correspondia ao comprometimento com o regime militar.

De acordo com Afonso Simões Corrêa, participante da ADESG em Campo Grande, os estagiários concluíram favoravelmente à divisão “*afirmando que ela viria desvincular duas populações, afrouxando antigas e permanentes tensões, ou disputas de comando visando à sobrevivência de cada uma, mas em Cuiabá, os participantes foram frontalmente contrários à tese da divisão, considerando-a artificial, inoportuna e inconveniente*”.<sup>10</sup> Na visão do grupo de Campo Grande a questão consistia num “*jogo de interesses, regionalismo e enfoque emocional*”. Para superar tal concepção, era necessário “*enfocar o problema sob o prisma dos objetivos nacionais em um plano, de vez que os interesses do Estado como Nação, devem-se sobrepujar aos regionais e locais*”.<sup>11</sup>

Partindo da caracterização da área territorial, que representava aproximadamente 15% da área total do País e comparando o desempenho do estado no setor econômico, social e cultural com as demais unidades da federação, o relatório expôs a fraca contribuição econômica do Centro-Oeste e em particular de Mato Grosso para o desenvolvimento nacional. Por outro lado, considerou a superioridade econômica do sul de Mato Grosso relacionando-a à aspiração separatista, e à “*velha ideia recalcada no sentimento sulista desde 1900 quando se corporificou no movimento chefiado por João Mascarenhas, João Caetano Teixeira Muzzi, capitão da Retirada da Laguna, e Dr. João de Barros Cassal*”.<sup>12</sup>

Nesse documento, as diferenças econômicas são atribuídas ao passado e à dicotomia dos “*estilos de vida*” dos “*dois povos*”, isto é, “*cata do ouro, extração da borracha e garimpagem*” no Norte; “*lida do criatório, exploração da erva-mate e da agricultura*” no sul. Enquanto “*o sul vive da faina agropecuária*”, o norte “*dispõe de reservas extraordinárias de minérios e seringais nativos*”. Ante essa realidade, impunha-se “*a divisão física do território*” que viria, então, “*solucionar uma velha refrega: a errônea constituição geográfica e histórica de Mato Grosso*”.<sup>13</sup> Esse relatório serviu de subsídio para o projeto da divisão de Mato Grosso, pois quando a divisão finalmente aconteceu os limites geográficos do novo estado

9 ADESG - Delegação de Mato Grosso. *Divisão político-administrativa de Mato Grosso*, p. 04.

10 CORRÊA, Afonso Nogueira Simões. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul. In: CUNHA, Francisco Maia da (org.). *Campo Grande: 100 anos de construção*, p. 69.

11 ADESG- Delegação de Mato Grosso. *Divisão político-administrativa de Mato Grosso*, p. 06.

12 ADESG-Delegação de Mato Grosso. *Divisão político-administrativa de Mato Grosso*, p. 26.

13 ADESG-Delegação de Mato Grosso. *Divisão político-administrativa de Mato Grosso*, pp. 28-29.



passaram a ser os mesmos que haviam sido sugeridos por ele. Demonstrando perfeita consonância com os objetivos de Geisel e reportando-se ao estudo que ele fizera no passado com Golbery do Couto e Silva, afirmava que o “*destino caprichoso*” colocara a divisão nas mãos do presidente Ernesto Geisel:

*“Hoje o projeto da Divisão do Estado, empurrado pelos ventos elíseos do destino caprichoso, está às mãos de duas autoridades que deverão decidir sobre a sua assinatura. Trata-se do Exmo. Senhor Presidente da República, General Geisel, e do Chefe da sua Casa Civil, Ministro Golbery do Couto e Silva”*.<sup>14</sup>

Decidida nos altos escalões do Exército e na Presidência da República, o ministro do Interior encarregou a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) de efetivar as medidas para a divisão e este, por sua vez, solicitou assessoria “*a quatro pessoas de expressão de Campo Grande*”:<sup>15</sup> Paulo Coelho Machado, Kerman Machado, Cândido Rondon e José Fragelli os quais realizaram minucioso levantamento sobre a situação socioeconômica de Mato Grosso. Segundo o primeiro, eles enfrentaram a resistência do governador José Garcia Neto que “*não dava qualquer informação*” durante esse trabalho que durou três meses e foi realizado em “*sigilo absoluto*”.<sup>16</sup>

O referido sigilo foi possível devido às circunstâncias do regime militar, embora nessa época já fosse crescente e forte o movimento de oposição à ditadura e pelo restabelecimento da liberdade de expressão e de organização. Ou seja, a sociedade, como sempre, se movia. Esse assunto, contudo, estava restrito a gabinetes e contava com o grupo sulista que estava totalmente de acordo com a determinação presidencial. Sendo assim, a reativação da Liga em 1977 foi pensada apenas como estratégia para respaldá-la. A iniciativa coube a Paulo Coelho Machado:

*“Aí comecei a me preocupar. Nessa época eu afirmava: ‘daqui a pouco acaba o Governo Geisel e aí não sai mais a divisão’. Então convidei alguns companheiros à minha casa e propus a reativação da Liga Sul-Mato-Grossense, que tinha sido desativada em 1934, para reiniciar a luta pela divisão, com os mesmos objetivos e os mesmos estatutos, apenas atualizado. Então começamos a fazer um*

A divisão concretizou-se, afinal, por meio de um “*trabalho subterrâneo*” e de acertos de bastidores, típico procedimento que revela o modo de se fazer política na ditadura, tendo cabido à Liga Sul-Mato-Grossense, recém reativada no papel, montar a estratégia de “*provo-ocar os cuiabanos para que eles reagissem*”, criando, assim, falsos “*atritos*” para “*acelerar o processo*”. Pequenas querelas e manifestações ocorridas em Cuiabá, depois de noticiadas, eram enviadas a Geisel pelos divisionistas para convencê-lo de que, de fato, havia hostilidades entre a população das duas regiões e que elas tendiam a agravar-se. Ocorreram dois fatos. Numa procissão realizada naquela capital pelo padre Pombo, o deputado Milton Figueiredo pronunciou-se dizendo que se Geisel assinasse a lei da divisão estaria cometendo um crime de lesa-pátria. Em outra ocasião, também em Cuiabá, um grupo de

14 ADESG-Delegação de Mato Grosso. *Divisão político-administrativa de Mato Grosso*, p.28.

15 MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão. *Executivo Plus*, p. 06. (Entrevista).

16 MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão. *Executivo Plus*, p. 06. (Entrevista).

torcedores apedrejou um ônibus do time de futebol Operário, de Campo Grande. Quanto a este último episódio, o próprio Paulo Coelho Machado declarou acreditar que aquilo nada teve a ver com política, ou seja, com a divisão<sup>17</sup>. Nisso consistiu o “reinício da luta pela divisão”, ou seja, decisões dos altos escalões e uma “guerrilha psicológica” praticados pela Liga Sul-Mato-Grossense, desativada desde 1934. Ela rearticulou-se às pressas em março de 1977 para dar respaldo a uma decisão já tomada. Muitas pessoas, inclusive, só assinaram a ata de reativação depois, quando a divisão já era certa, para constar nas suas páginas. A análise da lista de assinaturas permite constatar que, por um lado, constam nomes historicamente vinculados à causa como Plínio Barbosa Martins, cuja assinatura consta da ata de 25 de março de 1977, e, por outro, nomes cujas famílias tinham até mesmo combatido “*divisionistas*” do passado, como os Alves Ribeiro<sup>18</sup>. O depoimento de Paulo Coelho Machado é esclarecedor:

*“Eu reativei a Liga antes da divisão com medo de que não satsse a divisão, aí reuni em minha casa os amigos e fizemos uma ata de reativação da Liga, mas depois muita gente quis assinar e assinou. Serviu para engrossar o número mas no começo não eram tantos e ali a gente ia discutindo, esclarecendo e fazendo trabalho alertando o presidente de que a divisão era irreversível, que o povo ia ficar satisfeito e tudo correu bem. O último ato da Liga foi a viagem a Brasília para assistir o ato da assinatura [da divisão] e levar a placa de ouro ao presidente e agradecer a divisão. Depois recebemos o Harry (...). Então eu disse que a missão e o papel da Liga estavam exauridos (...). Então ela desapareceu. Não houve um encerramento. Esgotou seu papel. Aí, eu guardei as atas e os documentos”*.<sup>19</sup>

Ele afirma ainda que “*as ideias separatistas ficaram latentes até chegar à divisão que acabou vindo quase que de cima para baixo*”<sup>20</sup> e relata que, no dia em que a lei foi enviada ao Congresso Nacional, o povo “*não sabia de nada*”:

*“O povo quase não tomou conhecimento porque a coisa tinha que ser meio sigilosa (...). Quando a lei da divisão foi enviada ao Congresso Nacional para votação nós nos reunimos no meu escritório, na Rua 15 de Novembro, para acompanhar pelo rádio. Eu já tinha providenciado panfletos comemorativos e quando foi aprovada a lei nós saímos em caravana comemorando com fogos de artifício. Mas a população não sabia de nada e, portanto, não entendia. Quando passávamos, gritávamos apenas ‘divisão, divisão!’. Foi uma festa só”*.<sup>21</sup>

Paulo Coelho Machado também reconhece em Geisel o “*autor da divisão*” e enfatiza que a causa divisionista ficaria extremamente complexa caso dependesse de plebiscito para efetivar-se. Admite ainda que a decisão final só foi possível por ter sido fruto de um regime de exceção e que “*Geisel era um homem estranho, explosivo, mas só por ter dividido Mato Grosso, eu acho que ele pagou todos os seus pecados*”:

17 MACHADO, Paulo Coelho. **Entrevista**. Campo Grande, 10 de janeiro, 1996.

18 Na ata de 25 de março de 1977, constam, entre outros, os nomes de Renato Alves Ribeiro; José Fragelli; Manoel de Barros. Nas duas últimas linhas, em letras miúdas e apertadas, confirmando as palavras de Paulo Coelho Machado, constam outros nomes, entre os quais o de Marisa Serrano, que depois seria deputada e senadora por Mato Grosso do Sul.

19 MACHADO, Paulo Coelho. **Entrevista**. Campo Grande, 10 jan. 1996.

20 MACHADO, Paulo Coelho. **A participação da classe rural na luta pela divisão**, p. 22.

21 MACHADO, Paulo Coelho. **Entrevista**. Campo Grande, 10 jan. 1996.

“Ele [Geisel] é o autor da divisão, pode-se dizer. Porque, pelo processo constitucional, nas constituições antigas, para dividir um estado, precisava primeiro da autorização da Assembleia, aprovação do Congresso Nacional e plebiscito das populações interessadas. Certa vez eu consultei alguns constitucionalistas, como João Mangabeira, por exemplo, e eles acharam todos que havia necessidade de observar o que a Constituição falava: ‘consulta às populações interessadas, tendo que haver um plebiscito no Norte e outro no Sul’. Então, isso tornava inviável a divisão porque o Norte era contra (...). O presidente Geisel perguntou ao Fragelli como é que a população iria reagir à divisão e o Fragelli respondeu que em Campo Grande seria uma festa, ao passo que em Cuiabá.... Então o Geisel fez isso e só no regime de exceção foi possível fazer (...). Geisel era um homem estranho, explosivo, mas só por ter dividido Mato Grosso, eu acho que ele redimiu todos os seus pecados”.<sup>22</sup>

## O CONGRESSO NACIONAL

O anteprojeto da divisão foi encaminhado ao Congresso Nacional em agosto e submetido à votação em 14 de setembro de 1977, ocasião em que compunham a bancada federal de Mato Grosso oito deputados dos quais seis da ARENA e dois do MDB. Quanto aos senadores, eram Itálvio Coelho, Antônio Mendes Canale e Rachid Saldanha Derzi, todos do Sul e da ARENA,<sup>23</sup> o que confirma a força política da sua elite econômica em contraste com os discursos sulistas de que essa região do estado era sub-representada politicamente. Era exatamente o contrário desde 1946.

**Mato Grosso - Deputados Federais (1977)**

Sul	Norte
Valdomiro Gonçalves (ARENA)	Vicente Vuolo (ARENA)
Ubaldo Barém (ARENA)	Nunes Rocha (ARENA)
Walter de Castro (MDB)	Gastão Müller (ARENA)
Antônio Carlos de Oliveira (MDB)	Benedito Canellas (ARENA)

A sessão que aprovou a divisão de Mato Grosso e conseqüente criação de Mato Grosso do Sul ocorreu no dia 14 de setembro de 1977 e nela fizeram uso da palavra os seguintes parlamentares:

Gastão Müller (ARENA-MT): “Nesta data histórica para o Brasil marca-se uma nova era no desenvolvimento brasileiro, com segurança, através da hábil política da Revolução, atualmente sob a liderança de notável homem público que, com coragem, civismo e visando o Bem Comum, vai tornar realidade o sonho dourado de milhares de brasileiros, isto é, implantar o novo Estado da Federação, o grande Estado de Mato Grosso do Sul, futuro celeiro do Brasil, ao lado de Mato Grosso e de outros Estados brasileiros. (...). Na prática, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a separação de Mato Grosso em duas partes bem distintas era e é evidente, palpável, visível a ‘olho nú’, como se diz vulgarmente (...)”.<sup>24</sup>

22 MACHADO, Paulo Coelho. **Entrevista**. Campo Grande, 05 jan. 1996.

23 CONGRESSO Nacional. Ata da 166 sessão conjunta, em 14 de setembro de 1977. Brasília, set. 1977. p. 2374-2435.

24 CONGRESSO Nacional. Ata da 166 sessão conjunta, de 14 de setembro de 1977. Brasília, set. 1977. p., 2379.



Célio Marques Fernandes (Arena-RS): *“Esse projeto fará com que naquela região Centro-Oeste da nossa Pátria surjam dois Estados de grande significação: o do Norte e o do Sul. Digo isto com orgulho para nós gaúchos, rio-grandenses do Sul, nosso Estado esteve presente na campanha, desde os seus primórdios, para o desmembramento do sul de Mato Grosso. O rio-grandense do Sul, Srs. Congressistas, como um dos pioneiros do povoamento dessa Região, prestou valiosa contribuição (...). O gaúcho que defendeu o seu Estado nas revoluções que vêm de 1870 e depois em 1910 e 1915, agora se orgulha imensamente, antes de ser gaúcho, ser brasileiro, e, agora, mato-grossense do Sul”*; <sup>25</sup>

Vicente Vuolo (ARENA-MT): *“De pleno acordo, na qualidade de representante nesta Casa da Bancada de Mato Grosso, com o referido projeto ora em discussão, conforme nossos pronunciamentos em várias outras oportunidades (...)”*.<sup>26</sup>

Após essas intervenções, o presidente do Senado Petrônio Portella colocou em discussão a redação final da Lei Complementar sobre a criação de Mato Grosso do Sul e, não havendo inscritos para discuti-la, foi colocada em votação que ocorreu de forma simbólica, ou seja, por acordo entre os dois partidos existentes (ARENA e MDB). Depois disso ela foi encaminhada para sanção presidencial. Na sessão do dia 11 de outubro de 1977, data em que foi sancionada, discursou Antônio Carlos de Oliveira (MDB-MT) concordando com ela, mas ressaltando que teria sido melhor para ambas as partes envolvidas uma consulta popular que antecederesse o ato. Nesse ponto pediu aparte o deputado Cantídio Sampaio (SP), líder da ARENA, para se contrapor afirmando: *“Esse movimento de consultas, Excelência, iria acirrar os ânimos, iria causar divisões ainda mais profundas, iria reabrir feridas”*.<sup>27</sup> Já o deputado Walter Silva (RJ), considerou o processo inverso pelo qual passara o Rio de Janeiro, com fusão à Guanabara, fato que, segundo ele, deveria ter sido realizado desde que o território deixara de sediar a capital da República e lamentando que tivesse faltado, como faltava também no caso de Mato Grosso, a consulta popular. Por fim, discursou o deputado Nunes Rocha (ARENA-MT) apoiando a decisão de Geisel e concordando com Cantídio Sampaio sobre a falta de consulta popular, pois, segundo ele: *“O plebiscito obviamente resultaria na aprovação da maioria do povo em favor da divisão de Mato Grosso, já que na parte situada no sul do Estado se encontram 58 municípios populosos, cidades desenvolvidas; além disso, o Sul representa aritmeticamente 2/3 da população. Inquestionavelmente, o plebiscito seria mera formalidade”*.<sup>28</sup>

Além da sessão de 14 de setembro de 1977, dois outros discursos parlamentares tocaram na questão da autoria da divisão. No dia 31 de agosto havia se pronunciado o deputado federal Valdomiro Gonçalves (ARENA-MT) a fim de *“fixar uma verdade”* eis que *“aqui e ali (...) surgem políticos ou não políticos buscando reivindicar para si mesmos tanto a paternidade da ideia quanto a da conquista agora efetivada”*.<sup>29</sup> Segundo ele, a autoria da

25 CONGRESSO Nacional. Ata da 166 sessão conjunta, de 14 de setembro de 1977. Brasília, set. 1977. p., 2382.

26 CONGRESSO Nacional. Ata da 166 sessão conjunta, de 14 de setembro de 1977. Brasília, set. 1977. p., 2383.

27 CONGRESSO Nacional. Ata da 191 sessão conjunta, de 11 de outubro de 1977. Brasília, out. 1977. p., 9779

28 CONGRESSO Nacional. Ata da 191 sessão conjunta, de 11 de outubro de 1977. Brasília, out. 1977. p., 9781.

29 GONÇALVES, Valdomiro. Discurso proferido na sessão de 31-10-77. Câmara dos Deputados. **Centro de documentação e informação**. Brasília, 1978, p. 79.

divisão de Mato Grosso pertencia à “*entidade anônima e coletiva que se chama povo*”:

*“A verdade pura - a verdade nua e crua - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que a criação do Estado de Mato Grosso do Sul só tem um dono e um autor, essa entidade anônima e coletiva que se chama povo! Foi a alma das ruas, o espírito cidadão, a consciência popular, enfim, que gerou e viu frutificar a ideia (...). Foi a sensibilidade do povo, foi a sua argúcia, foi o seu indormido desejo de independência, de liberdade e de progresso que conduziu a bandeira da divisão racional do nosso Estado de Mato Grosso do Sul e que plantou, altaneira e brilhante, no alto do mastro aquela conquista! Mato Grosso do Sul é, assim, única e exclusivamente, a vitória da consciência popular, entendida pela inteligência de estadista do presidente Geisel e tornada Lei pelo patriotismo do Congresso Nacional!”*<sup>30</sup>

Por sua vez, o deputado federal Antônio Carlos de Oliveira (MDB-MT), o maior nome da oposição sul-mato-grossense da época e que anos depois viria a ser um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT), reclamou a necessidade de ter havido plebiscito para que todos os mato-grossenses tivessem opinado sobre a divisão. Assim discursou no dia 11 de outubro de 1977:

*“Esse evento (...) provavelmente, para nós, desta geração, seja, em termos regionais, o maior acontecimento. Mas também não podemos esquecer que no Norte de Mato Grosso, na eterna Cuiabá, principalmente, conterrâneos nossos de até três horas atrás, mas irmãos nossos por toda a vida, de hoje e de sempre, estão tristes porque o Governo Federal, os homens que compõem o governo, decidiram isso sem uma consulta popular - uma consulta popular da qual nós, do Sul, não temíamos um resultado adverso. Pelo contrário, desta tribuna mesmo chegamos a pedi-la. Os nortistas, com toda razão, reclamam contra a decisão arbitrária, que não lhes permitiu sequer emitir opinião, tentar salvar, como pretendem eles, a unanimidade, a integridade da história de Mato Grosso (...). E é pena que a festa, que a alegria, ou mesmo - e principalmente aí - a tristeza dos homens que estão em Mato Grosso não seja hoje embasada de um lado e aceita de outro, após uma consulta popular, da qual deveriam ter participado todos os mato-grossenses. Aí os nossos irmãos do Norte estariam felizes ou, pelo menos, aceitariam o fato conscientes de que houve uma decisão de maioria”*.<sup>31</sup>

Enquanto o deputado da ARENA exagerava na retórica para encobrir o fato de que a divisão era fruto de um ato de cima para baixo, o do MDB lamentava a sua forma antipopular embora admitindo que a decisão, “em termos regionais”, era o maior acontecimento de sua geração. Neste ponto é importante lembrar que a ARENA, partido da ditadura militar, não precisou se empenhar pela divisão; ela se antecipou em uma luta aberta pela escolha do primeiro governador do novo estado já que a nomeação pela ditadura só beneficiava políticos arenistas. No entanto, o primeiro governador de Mato Grosso do Sul não viria a ser nenhum dos nomes regionais em disputa, mas o de Harry

30 GONÇALVES, Valdomiro. Discurso proferido na sessão de 31-10-77. Câmara dos Deputados. *Centro de documentação e informação*. Brasília, 1978, pp. 79-80.

31 OLIVEIRA, Antônio Carlos de. Mato Grosso do Sul ou a realidade de muitos sonhos. Câmara dos Deputados. *Centro de documentação e informação*. Brasília, 11 out. 1977, pp. 03-05.

Amorim Costa, do Rio Grande do Sul, uma escolha “técnica”, segundo o general Geisel. Quanto ao MDB, como partido opositor ao regime, ficou à margem do processo como também não desenvolveu qualquer ação popular pró-divisão já que essa não era uma bandeira sua, mas sim o combate à ditadura militar. A esse respeito, Paulo Coelho Machado costumava dizer que “os políticos ficaram todos em cima do muro”.<sup>32</sup> Todavia, depois do ato consumado, aderiram e passaram à luta aberta pelo poder:

*“Ficaram todos em cima do muro prá ver o que é que dava. Porque era uma situação duvidosa: vai sair ou não vai sair a divisão? Então o sujeito estava esperando uma definição maior para entrar. Os que não eram políticos é que aderiram logo. Os que tinham ideias divisionistas. Assim mesmo, os que tinham, mas estavam no governo, recuaram”*.<sup>33</sup>

Quando ele se refere aos que “ficaram em cima do muro”, devemos entender que se tratavam daqueles que tinham expectativas políticas imediatas, pois os da oposição (MDB) estavam fora do esquema de poder do regime militar, como era o caso emblemático de Wilson Barbosa Martins e de seu irmão Plínio Barbosa Martins, descendentes de Vespasiano Barbosa Martins, cujo nome, desde 1932, ficou vinculado ao divisionismo<sup>34</sup>. Assim declarou Wilson Barbosa Martins, cujo mandato de deputado federal fora cassado pela ditadura militar (1969) e que viria a ser o primeiro governador eleito de Mato Grosso do Sul (1982):

*“Numa das ocasiões em que estive aqui o general Geisel como presidente da República, numa reunião especial me parece, porque eu não estava presente, assim como não estava em nenhuma de suas reuniões, uma vez que eu estava proscrito pela minha cassação de 13 de fevereiro, nessa reunião ele teria conversado com os amigos do sul sobre o problema da divisão e ouviu de todos que era uma ideia lavrada no sul há muitos e muitos anos”*.<sup>35</sup>

Secularmente, a divisão de Mato Grosso havia sido uma causa incerta, uma bandeira improvável com reduzidas chances de se concretizar e ao mesmo tempo ambígua porque envolvia sentimento de pertença e questões de identidade cultural, por isso não havia consenso sobre ela. Ilustrativo é o caso de Lúdio Martins Coelho que depois da divisão desempenhou papel importante na política sul-mato-grossense. Confessando que “não queria a divisão”, explicou:

*“Bom, efetivamente, não houve uma luta pela classe política. Eu tinha um certo amor por Mato Grosso, por inteiro. Eu achava que o que estava faltando a Mato Grosso era governadores do tamanho do nosso estado. Porque um*

32 MACHADO, Paulo Coelho. **Entrevista**. Campo Grande, 03 jan. 1996.

33 MACHADO, Paulo Coelho. **Entrevista**. Campo Grande, 06 jan. 1996.

34 A vinculação de Vespasiano Barbosa Martins com o divisionismo, apesar de narrativas consagradas, é discutida como duvidosa em minha tese de doutorado. Os seus pronunciamentos como senador da República demonstram que ele não se empenhou numa luta de caráter separatista depois do exílio (1932). Aliás, na década de 1950, quando já se filiara à União Democrática Nacional (UDN), o presidente desse partido em Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa, a quem Vespasiano era vinculado, mantinha posição claramente anti-divisionista, expressa em sua campanha para governador, em 1950.

35 MARTINS, Wilson Barbosa. **Entrevista**. Campo Grande, 12 set. 1995.

*estado com aquele tamanho e a potencialidade que tinha Mato Grosso, bem administrado, seria uma força nacional. Eu até penso que foi uma das razões maiores da divisão. Então a classe política mato-grossense se dividiu (...). Eu passei um pedaço maior da minha vida ativa lá no norte do estado. Eu morei vinte anos no pantanal, no Norte, e tinha ligações muito grandes com o estado inteiro (...). Eu não queria a divisão”.*<sup>36</sup>

Já o ex-governador de Mato Grosso uno, José Fragelli, embora favorável, admitiu não ter havido qualquer tipo de mobilização pela divisão de Mato Grosso e, consequentemente, pela criação de Mato Grosso do Sul:

*“Eu era, sempre fui a favor, menos quando fui governador [1971-1974], eu achei que não podia tomar uma posição. Quanto ao Dr. Paulo Coelho Machado, foi sempre um dos mais entusiastas e dos mais batalhadores pela divisão. Mas é interessante, justamente nessa época, eu fui pro governo em março de 1971, esse período todo até o momento do presidente Geisel deflagrar a divisão, ninguém se batia pela divisão do estado. Então há um engano muito grande em dizer que aqui houve líderes da divisão. Não houve líder nenhum!”.*<sup>37</sup>

Entendimento semelhante tinha José Barbosa Rodrigues, diretor do *Correio do Estado*, que enfatizou a bandeira pró-divisão de seu jornal, aludindo aos interesses mais imediatos dos “políticos”:

*“A campanha pró-divisão do estado de Mato Grosso, tendo como consequência a criação de Mato Grosso do Sul contou com o apoio total do jornal Correio do Estado. É verdade que o movimento já vinha desde o final do século passado e o jornal foi criado bem depois, está agora com 42 anos, teve a ocasião de acompanhar o movimento e dar apoio integral à criação de Mato Grosso do Sul. Não só nós do jornal mas também colaboradores escreviam artigos, como, por exemplo, escreveu muito sobre a divisão o dr. Oclécio Barbosa (...), o dr. Paulo Simões Corrêa e vários outros colaboradores escreviam artigos pró-divisão. Quer dizer, a chama permaneceu acesa através do Correio do Estado. Outros jornais daqui escreviam alguma notícia, mas campanha mesmo, não. Então nós fizemos a campanha. Tinha eu aqui, [no jornal] a Liga que lutava pela divisão do Estado, presidida pelo dr. Paulo Machado (...). Então o apoio do jornal foi total (...). Agora, tinha aqueles políticos que eram definitivamente contrários porque queriam viver bem com a cúpula estadual em Cuiabá (...). Esses políticos eram contra a divisão mas não permaneceram contra”.*<sup>38</sup>

Portanto, ninguém se batia pela divisão naqueles anos finais que a antecederam. Nenhum político se expôs, nenhum levantou a bandeira, assinou petições ou protagonizou qualquer ato divisionista. E foi exatamente o regime que impôs o autoritarismo o protagonista da divisão de Mato Grosso e da criação de Mato Grosso do Sul. Seja por oportunismo político, concordância com o regime ou simplesmente porque um novo

36 COELHO, Lúdio Martins. *Entrevista*. Campo Grande, 15 fev. 1996.

37 FRAGELLI, José M. F. *Entrevista*. Aquidauana, 04 nov. 1995.

38 RODRIGUES, José Barbosa. *Entrevista*. Campo Grande, 27 fev. 1996.

estado passou a existir no dia 11 de outubro de 1977, os que eram contra a divisão não permaneceram contra.

## OS DOIS ÚLTIMOS GOVERNADORES DE MATO GROSSO UNO

A divisão de Mato Grosso foi um ato de cima para baixo que não levou em conta os interesses de sua população, não ouviu a Assembleia Legislativa e nem mesmo o Poder Executivo Estadual, mas que, mesmo assim, foi aprovada pelo Congresso Nacional. Restamos examinar agora qual foi o posicionamento dos dois últimos governadores de Mato Grosso uno, pois também eles concordaram com a divisão sem consulta popular. Em outras palavras: eles governaram Mato Grosso uno pela última vez com a antiga configuração geográfica e não se opuseram ao seu desmembramento. Acataram a decisão do regime militar ignorando o que pensava a sua população sobre isso, ou seja, foi um ato arbitrário e de desrespeito aos interesses e identidade cultural dos mato-grossenses, revelando uma face pouco estudada da ditadura militar. A propósito, lembremos de que a questão é tão intrincada que em 2011 a divisão do Pará em três estados foi rejeitada em plebiscito realizado com a sua população. Pois divisão tem a ver com política, interesses econômicos e, mais do que se pensa, com questões culturais. Assim sendo, é importante conhecer a posição dos dois últimos governadores mato-grossenses. José Fragelli, governou Mato Grosso de 15 de março de 1971 a 15 de março de 1974 e foi durante o seu mandato que a decisão presidencial foi tomada. José Garcia Neto governou de 1974 a 1978, tendo sido o último e em cujo mandato ocorreu a separação da região mato-grossense que passou a ser Mato Grosso do Sul.

### “O PRESIDENTE MANDA-LHE COMUNICAR A DIVISÃO DE MATO GROSSO”

A frase acima foi extraída de uma das entrevistas realizadas em 1994 e 1995 com o então ex-governador José Fragelli em sua residência, em Aquidauana. Tal como as demais entrevistas aqui citadas, elas foram gravadas e transcritas compondo as fontes primárias de minha tese de doutorado (1997). Todas elas foram interpretadas e empregadas como fontes e não consideradas como a verdade em si, sendo submetidas aos mesmos rigores que devemos praticar com outros documentos na pesquisa em História.

Assumindo postura pragmática, José Fragelli revelou ter sido sempre a favor da divisão exceto quando foi governador, pois, segundo ele, ocupando esse cargo, achou que não devia tomar posição. Além de enfatizar a ausência de políticos estaduais no processo que culminou na criação de Mato Grosso do Sul, realçou a importância de Golbery do Couto e Silva, cujos estudos foram os que mais influenciaram a decisão de Geisel, que “*era de limitada inteligência*”. Enfatizando suas qualidades intelectuais, ele afirma inclusive que naqueles últimos anos, “*quem mais influenciou para a divisão foi mesmo o Golbery*”. Na sua habitual franqueza, declarou ainda que ao saber da decisão tomada pelo presidente não guardou o sigilo que lhe fora pedido:



*“Em 1932 houve aquele surto, alguns falavam a favor da divisão mas ninguém organizou nada. Por exemplo, não se organizou um partido ou mesmo um clube, até mesmo um clube separatista, nada! Eu estava como governador lá em Cuiabá, chega o ministro do Interior e diz: ‘Fragelli, o presidente manda-lhe comunicar a divisão de Mato Grosso, mas pede pra você não divulgar. Que não seja divulgado’. Então eu achei que devia contar isso a uma pessoa do Norte, o Mauro Cid, que era o meu chefe de gabinete e ao dr. Paulo Coelho Machado. Só para esses dois. Mas a coisa foi correndo até que se tornou de domínio público. Mas o que você pode registrar é o seguinte: não houve nenhum líder separatista na época da divisão, nos dois ou três anos que precederam a divisão do estado. Foi uma decisão do presidente Geisel, que eu sei, influenciado... ele era de limitada inteligência, mas tinha um homem extraordinário com ele: o Golbery, que tem um livro excelente *Geopolítica do Brasil*. Na verdade, nos anos que antecederam, quem mais influenciou para a divisão foi mesmo o Golbery. (...). Então quem se apresentar como líder está pondo na cabeça uma coisa que não aconteceu. Ninguém foi líder! Eu mesmo fiquei numa posição muito difícil porque eu era governador, embora fosse pela divisão do estado, tanto que depois que saiu a divisão, queriam, em Cuiabá, até tirar meu nome do estádio que se chama ‘José Fragelli’ porque sabiam que eu sempre fui divisionista”.*<sup>39</sup>

Fica claro assim que, na condição de governador, ele recebeu o comunicado da presidência da República sobre a divisão de Mato Grosso com a advertência de que aquela decisão não deveria ser divulgada. Ou seja, a ditadura passava por cima do governo estadual e da população com a maior naturalidade. José Fragelli, embora acatando a decisão, comunicou-a ao seu chefe de gabinete e a Paulo Coelho Machado “só para esses dois; mas o assunto foi correndo até que se tornou de domínio público”. Após ter sido governador, José Fragelli foi um dos quatro membros encarregados pelo Governo Federal para formar a comissão encarregada de elaborar subsídios sobre a divisão para a SUDECO.

## **“HÁ 15 MINUTOS EU ERA CONTRA, MAS AGORA VESTI A CAMISA DO PRESIDENTE E JÁ SOU A FAVOR”**

A frase acima foi publicada por Pedro Valle no livro *A divisão de Mato Grosso* no qual atribuiu o desmembramento do estado à influência crescente que Campo Grande passou a desempenhar na política mato-grossense desde a década de 1930. Para esse autor, a divisão era interesse exclusivo dos campo-grandenses e não dos sul-mato-grossenses em geral. De fato, a importância econômico-política da cidade e sua associação com a ideia divisionista devem ter sido os motivos pelos quais o presidente da República Ernesto Geisel tenha designado apressadamente o novo estado de Campo Grande. No entanto, tal exagero foi reconhecido pelos próprios divisionistas, que logo solicitaram ao general a substituição do nome para Mato Grosso do Sul.

Quanto à posição política do último governador de Mato Grosso uno, a passagem de governo de José Fragelli (Arena-Sul) para José Garcia Neto (Arena-Norte), indica que este

39 FRAGELLI, José M. F. *Entrevista*. Aquidauana, 04 nov. 1995.

aceitou o cargo ciente de que no seu governo ocorreria o desmembramento do sul. Tanto é assim que, na eleição indireta que se realizaria a 3 de outubro de 1974 para a sucessão de José Fragelli, a ARENA organizara uma lista composta de dez nomes para apreciação de sua respectiva Comissão Executiva a fim de que um deles fosse designado governador. Desse rol, os seis primeiros eram do Sul (Paulo Coelho Machado, Rachid Saldanha Derzi, Antônio Mendes Canale, Itálvio Coelho, Marcelo Miranda Soares, Kerman José Machado) e os outros quatro do Norte: (Gastão Müller, Gabriel de Matos Müller, Nilson Constantino, e Enio Carlos de Souza Vieira). Posteriormente, veio de Brasília a solicitação para que fosse incluído o nome do deputado José Garcia Neto, um dos vice-líderes da ARENA, o que provocou a desistência do último nome da lista para que fosse efetuada a substituição. O primeiro nome, Paulo Coelho Machado, era na época o secretário de Agricultura do governador José Fragelli e o seu preferido para ocupar o cargo. Mas sendo ele do sul e ciente de que a divisão aconteceria, o então governador considerou imprudente indicá-lo, pois isso poderia suscitar reações mais negativas no Norte. Desse modo, estrategicamente, isto é, na lógica do regime, melhor seria que a divisão ocorresse durante o governo de um nortista. Por essa razão, entre outras, o nome de José Garcia Neto (ARENA/Norte) era o preferido do presidente Geisel, tendo sido ele o escolhido como último governador de Mato Grosso uno (1975 a 1978)<sup>40</sup>. Durante a ditadura, sem eleições para governadores, presidente da República, prefeitos das capitais e de cidades consideradas áreas de segurança nacional, o presidente indicava o nome do governador e o submetia à votação de um Colégio Eleitoral composto nas Assembleias Legislativas dos estados. Esse procedimento antidemocrático estava previsto no Ato Institucional N° 2.

No entanto, se o governador assim escolhido estava previamente ciente ou não da decisão presidencial, o fato é que, em abril de 1977, já no terceiro ano de seu governo, José Garcia Neto endereçou a Geisel um documento mostrando a inviabilidade da divisão, o que não mudou em nada a intenção do Governo Federal. Naquele mesmo mês, em viagem ao sul, exatamente na cidade de Campo Grande, José Garcia Neto foi comunicado pelo chefe da Casa Civil, David Balaniuc, de que a decisão presidencial já estava tomada e que, portanto, ele tivesse cautela nas suas declarações à imprensa, ao que teria declarado: *“Há 15 minutos eu era contra, mas agora vesti a camisa do presidente e já sou a favor”*<sup>41</sup>. No dia 2 de maio, chegou a Campo Grande a notícia de que o ministro do Interior Rangel Reis entregara ao presidente da República os estudos que lastreariam a divisão. Enquanto, de um lado se comemorava a notícia, de outro, o jornal **Diário de Cuiabá** noticiou: *“Garcia Neto deveria ter entregue seu mandato ao presidente da república tão logo foi informado que nada poderia fazer para evitar a desintegração do território mato-grossense”*.<sup>42</sup>

40 O vice-governador Cássio Leite de Barros (Arena-Sul) finalizaria este último governo de Mato Grosso uno, pois José Garcia Neto deixou o cargo para concorrer a uma vaga de senador nas eleições de 1978, nas quais saiu derrotado.

41 VALLE, Pedro. **A divisão de Mato Grosso**, p. 50.

42 Diário de Cuiabá, 10 maio, 1977, p. 02.

## AS DECISÕES GEOPOLÍTICAS DO GOVERNO ERNESTO GEISEL (1974-1979)

Talvez uma das raras cidades brasileiras a homenagear um general da ditadura militar seja Campo Grande onde uma de suas principais avenidas é chamada “Ernesto Geisel”. Esse general, quando jovem, participou do tenentismo e de estudos geopolíticos sobre redivisão territorial do Brasil e seria em seu governo, décadas mais tarde, que ocorreriam a fusão da Guanabara ao Rio de Janeiro e a divisão de Mato Grosso. Geisel foi apontado como sucessor do general Costa e Silva em junho de 1973, reverenciado como candidato a presidente em uma convenção nacional da ARENA em setembro e eleito presidente da República pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1974. Obteve 400 votos contra 76 dados ao candidato Ulysses Guimarães, do MDB. No seu governo (15 de março de 1974 a 15 de março de 1979) teve início a “distensão”, isto é, abertura política, o que provocou reações da linha dura do Exército. Em sua biografia consta, além desse aspecto, as suas duas decisões geopolíticas. Portanto, para Mato Grosso do Sul, um governo indissociável de sua história.

De acordo com os fatos demonstrados até aqui, conclui-se que, basicamente desde a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em dezembro de 1974, a divisão de Mato Grosso se tornou assunto de Estado. As articulações que citamos, desde a sua elaboração, passando pelo comunicado da decisão presidencial ao governador José Fragelli e, depois, pela escolha de José Garcia Neto como último governador de Mato Grosso, transcorreram de 1974 a 1977. Recapitulemos os acontecimentos principais desse último ano: os estudos foram entregues a Geisel em maio; o anteprojeto foi encaminhado ao Congresso Nacional em agosto e votado no dia 14 de setembro. Assim, 1977 foi o desfecho rápido de uma causa morosa, sem partido e sem povo.

Depois de tudo resolvido dessa maneira pelos altos escalões, no dia 11 de outubro de 1977, o presidente Geisel sancionou a Lei que dividiu Mato Grosso e criou Mato Grosso do Sul, pronunciando o seguinte discurso:

*“Foi preocupação do meu Governo abrir caminho no sentido de uma melhor divisão territorial do País, que considero de suma necessidade. Necessidade decorrente, em primeiro lugar, de uma imposição geográfica, decorrente também do desenvolvimento do País e, sobretudo, da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora jazem apenas em estado potencial. Mas decorrente também de uma necessidade política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação do dia de amanhã. Sei que a divisão territorial do País sempre constituiu um problema complexo, difícil de abordar em consequência dos naturais sentimentos de regionalismo, e também da tradição histórica, que não pode absolutamente ser desprezada (...). O que o meu governo fez foi desbravar o terreno e iniciar a solução do problema. Se, de um lado, conseguimos fazer a fusão dos antigos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, realizamos agora a separação do Mato Grosso do Sul (...). A tarefa que temos pela frente é imensa, vamos construir praticamente dois Estados: Mato Grosso do Sul, que passa a ter vida política, e o Mato Grosso do Norte, que vai se defrontar com novos problemas (...). Mas a imensidão da tarefa não nos deve desanimar, ao contrário, ela constitui um desafio (...) Tenho em mim seguras esperanças de que vamos construir dois grandes futuros Estados do Brasil”.*<sup>43</sup>

43 GEISEL, Ernesto. **Pronunciamento**. Brasília, 11 out. 1977.

Saindo de Campo Grande, compareceu a essa audiência em Brasília uma comitiva que fretou um voo exclusivamente para prestigiar a assinatura de Geisel, o chamado “voo da divisão”. Ao mesmo tempo, naquela que viria a ser a nova capital, o jornal *Correio do Estado* organizou a “*passeata monstro*” distribuindo faixas e cartazes padronizados com os dizeres “*Obrigado Geisel. Bemvindo Pedrossian*”.<sup>44</sup> O agradecimento demonstrava que tinha sido o presidente o autor da divisão e as boas-vindas a Pedrossian, o apoio àquele que pleiteava ser nomeado o primeiro governador de Mato Grosso do Sul. Embora referindo-se a 50 mil, as fotos publicadas não testemunham esse número.<sup>45</sup>

Criado no dia 11 de outubro de 1977, realizadas as primeiras eleições legislativas da nova unidade federativa, o governo foi instalado em janeiro de 1979. Depois de acirradas disputas entre políticos regionais e conspirações de bastidores entre os líderes da ARENA pelo cargo de governador, o general Geisel, que desejava nomear Pedro Pedrossian,<sup>46</sup> consultou o presidente nacional da ARENA, Francelino Pereira, sobre se o Senado aprovaria essa escolha, ao que ele respondeu: “*Presidente, não manda o nome que não passa’. Então o presidente Geisel falou: ‘Então eu não vou nomear esse Pedro!’*”.<sup>47</sup> O presidente optou então por uma “decisão técnica” nomeando Harry Amorim Costa para primeiro governador de Mato Grosso do Sul.<sup>48</sup>

## CONCLUSÕES

A conclusão mais evidente deste estudo é a de que nos últimos anos que antecederam a divisão de Mato Grosso não houve qualquer tipo de organização popular nem ações destinadas a criar movimentos de opinião pública favoráveis a ela. A decisão do então presidente Ernesto Geisel surpreendeu os poucos divisionistas remanescentes do passado. A forma adotada para efetivar essa determinação, sem consulta à população, à Assembleia Legislativa e ao Executivo Estadual, recebeu total apoio da Liga Sul-Mato-Grossense, pois estava compatível com sua posição ideológica sendo também condizente com sua

44 Nasceu MS. *Correio do Estado*, Campo Grande, 12 out. 1977. Toda a edição desse dia é dedicada ao evento.

45 Na condição de estudante de História e militante do Partido Comunista Brasileiro, pude testemunhar a ausência dos Diretórios Acadêmicos e de movimentos populares que existiam na época. Foi um dia normal de aula nas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, atual UCDB, em Campo Grande, sem alusão à divisão. Para os estudantes que militavam na esquerda contra a ditadura militar, a divisão era uma questão de disputa entre as elites sul-mato-grossenses enquanto a sua causa era outra.

46 Pedro Pedrossian foi um dos maiores chefes políticos mato-grossenses. Governou Mato Grosso de 1966 a 1971 tendo sido eleito pelo voto direto. Após a divisão, foi indicado como terceiro governador de Mato Grosso do Sul (novembro de 1980 a março de 1983). Foi eleito pelo voto direto em 1990 e exerceu o governo até janeiro de 1995. Consultar: BITTAR, Marisa. **Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande, Editora da UFMS, 2009.

47 GONÇALVES, Valdomiro. **Entrevista**. Campo Grande, 28 fev. 1996.

48 A sessão que indicou Harry Amorim Costa para governar Mato Grosso do Sul por 37 votos a favor, 8 contra e uma abstenção foi realizada no Senado Federal a 30 de março de 1978. Consta que os senadores emedebistas Franco Montoro (SP), Marcos Freire (PE) e Leite Chaves (PR) rejeitaram a indicação e lamentaram que o primeiro governador não fosse um mato-grossense. Outros, ao contrário, consideraram a escolha perfeita pelo fato de ele ser do Rio Grande do Sul, estado de onde, no passado, haviam partido levas migratórias para o então sul de Mato Grosso.

posição política de evitar participação popular. Essa decisão, se por um lado atendia a uma demanda do Sul, por outro, contrastava com os desejos do Norte.

Amparada nos estudos geopolíticos, a decisão presidencial foi perfeita para coroar uma causa ambígua e incerta que jamais conseguira produzir consenso nem mesmo entre a própria classe social que a criou. A Liga Sul-Mato-Grossense, representando os anseios de uma elite política e intelectual da classe latifundiária sulista, tão logo soube da decisão presidencial, como vimos, se encarregou de produzir atritos entre as duas regiões para dar respaldo ao ato presidencial. Esses episódios fabricados, porém, não encontravam veracidade sobre um pretenso ódio ou qualquer manifestação hostil entre as populações das duas regiões que compunham Mato Grosso uno. A divisão, nesses moldes, completou a trajetória secular de uma demanda regional que esteve sempre vinculada às elites políticas e econômicas sulistas e que, por sua natureza ambígua que envolvia essencialmente o sentimento de pertencimento e outras questões de identidade, não chegou a produzir uma cultura divisionista. Podemos acrescentar neste aspecto que os intelectuais orgânicos da divisão foram sempre vinculados à classe latifundiária, além de, a partir de 1954, terem contado com o jornal **Correio do Estado**.

Outro ponto conclusivo diz respeito aos estudos geopolíticos que tinham origem na década de 1920 com destaque evidente para Golbery do Couto e Silva, que foi efetivamente o mentor intelectual da divisão de Mato Grosso. A sua influência, segundo as fontes aqui citadas, foi interpretada apropriadamente como aquela que realmente gerou a divisão.

Herdeira das lutas armadas do final do século XIX, apresentada em petição separatista em 1934 e logo em seguida fracassada, a causa divisionista ficou hibernada durante décadas quase sem esperança de se concretizar. Quando enfim o regionalismo parecia estar vencido pela política autoritária de integração nacional do regime militar (1964-1985), eis que a própria ditadura decidiu o seu desfecho. Em aproximadamente três anos, a longa e improvável causa divisionista foi decidida favoravelmente aos históricos desígnios dos grandes proprietários rurais do sul de Mato Grosso. Desse modo, de forma totalmente inesperada foi criado Mato Grosso do Sul, cuja marca de nascença foi cunhada pela ditadura militar. Essa marca faz parte de sua história, mas não impediu o sentimento de pertença que a partir de então passou a ser nutrido por sua população em relação a ele.



## REFERÊNCIAS

- ADESG - Delegação de Mato Grosso. **Divisão político-administrativa de Mato Grosso**. Campo Grande, 1975. 82 p.
- BITTAR, Marisa. **Regionalismo e divisionismo no sul de Mato Grosso**. Campo Grande, Editora da UFMS, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Campo Grande, Editora da UFMS, 2009.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar Nº 15**, de 1977 – CN, que cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Brasília: Diário do Congresso Nacional, set. 1977. pp. 2338-2353.
- \_\_\_\_\_. Ata da 122 sessão da 3ª sessão legislativa da 8ª Legislatura, em 11 de outubro de 1977. Brasília: Diário do Congresso Nacional, 12 out. 1977, pp. 9750-9786.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar Nº 31**, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências. Brasília, out. 1977.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. **Exposição de Motivos**. Sobre a criação de Mato Grosso do Sul. Brasília, 24 ago. 1977.
- BRASIL. Poder Legislativo. **Lei Complementar 31, 11 de outubro de 1977. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul**. Brasília, 1977. 08 p.
- BRASIL. Poder Executivo. **Mensagem 295/77 ao Congresso Nacional**. A criação de Mato Grosso do Sul. Brasília, 1977. 34 p.
- BRASIL. Ministério do Interior. Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste. SUDECO. **Plano de desenvolvimento da região Centro-Oeste**. Brasília, 1988, 262 p.
- BRASIL. **II PND Plano Nacional de Desenvolvimento**. São Paulo, Sugestões Literárias S/A, 1975. 119 p.
- BRASIL. Assessoria de relações públicas da presidência da República. **A divisão de Mato Grosso**. Brasília, 1977. 20 p.
- BRASIL. Diário Oficial da União. Extrato dos estatutos da Liga Sul Mato-grossense. In: MARTINS, Oclécio Barbosa. **Pela defesa nacional. Estudo sobre redivisão territorial do Brasil**, s.l., s.n. 1944.
- COELHO, Lúdio Martins. **Entrevista**. Campo Grande, 15 fev. 1996.
- CORRÊA, Afonso Nogueira Simões. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul. In: CUNHA, Francisco Maia da (org.). **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande, Matriz Editora, 1999.
- CUIABÁ recebe a divisão em silêncio. **Correio do Estado**, Campo Grande, 12 out. 1977. p.03.

- FRAGELLI, José Manuel Fontanillas. **Entrevista**. Aquidauana, 04 nov. 1995.
- GEISEL, Ernesto. Pronunciamento sobre a criação de Mato Grosso do Sul, em 11 out. 1977. In: GONÇALVES, Valdomiro. **Três Lagoas na Câmara Federal**. Centro de Documentação e Informação. Brasília, 1978. pp. 80-81.
- GONÇALVES, Valdomiro. **Três Lagoas na Câmara Federal**. Brasília. Centro de Documentação e Informação, 1978. 113 p.
- GONÇALVES, Valdomiro. Pronunciamento. In: **Ata 005**. Assembleia Legislativa. Campo Grande, 16 ago. 1979, fl. 27.
- GONÇALVES, Valdomiro. **Entrevista**. Campo Grande, 28 fev. 1996.
- LIGA Sul-Mato-Grossense. **Ata**. 11 out. 1977, p. 26.
- LIGA Sul-Mato-Grossense. **Ata n.º 07**. Campo Grande, 22 jun. 1977.
- MARTINS, Wilson Barbosa. **Entrevista**. Campo Grande, 12 set. 1995.
- NASCEU MS. **Correio do Estado**, Campo Grande, 12 out. 1977.
- O novo estado de Campo Grande, uma unidade modelo do Brasil. **Correio do Estado**. Campo Grande, 23-24 jul. 1977, p. 01.
- RODRIGUES, José Barbosa. **Entrevista**. Campo Grande, 27 fev. 1996.
- VALLE, Pedro. **A divisão de Mato Grosso**. Brasília; Royal Court, 1996.

*Arquivo recebido em 29/11/2017*

*Arquivo aceito em 01/03/2018*